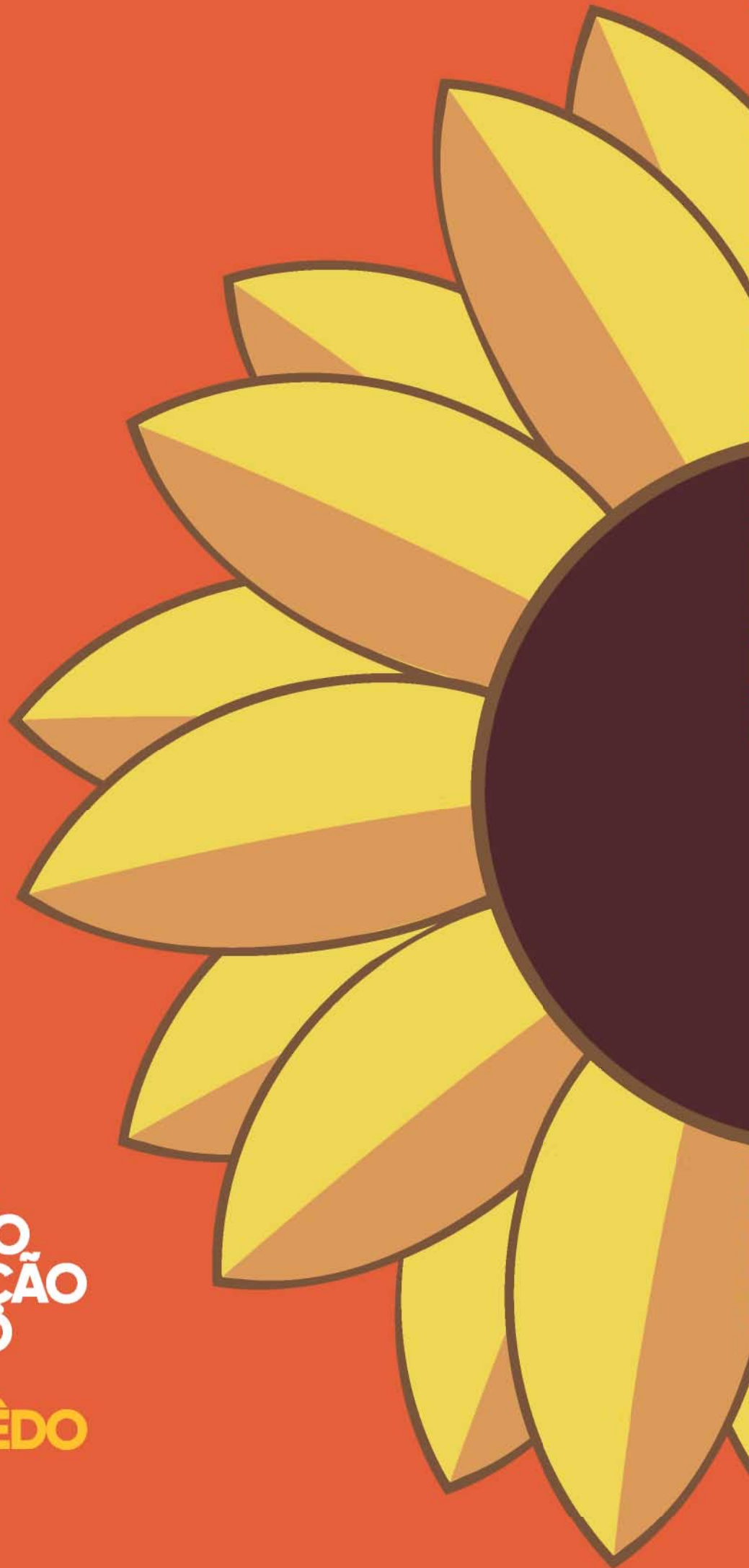


**PROGRAMA
DE GOVERNO
DA COLIGAÇÃO
A FORÇA DO
TRABALHO
JOÃO AZEVÊDO
2019-2022**



SUMÁRIO

1| Apresentação

2| Introdução

2.1| Um legado de conquistas e de modernização

2.2| Agora, é consolidar, expandir e avançar

2.3| Eixos estratégicos

3| Eixo 1 | Paraíba democrática, cidadã, inclusiva e segura

3.1| Educação

3.1.1| Educação Infantil

3.1.2| Ensino Fundamental

3.1.3| Ensino Médio

3.1.4| Educação Profissional Técnica de Nível Médio

3.1.5| Educação de Jovens e Adultos

3.1.6| Educação Especial

3.1.7| Educação Transversal e Diversidade

3.1.8| Qualidade e Gestão Democrática da Educação

3.1.9| Educação Superior

3.1.10| Formação e Valorização dos Profissionais da Educação

3.1.11| Infraestruturas Social e Física e Financiamento da Educação

3.2| Saúde

3.3| Segurança Pública

3.4| Desenvolvimento, Direitos Humanos e Assistência Social

3.5| Habitação

3.6| Cultura

3.7| Juventude

3.8| Mulher

3.9| Diversidade Humana: LGBT e EQUIDADE RACIAL

3.10| Governança, Transparência, Controle Social e Participação Popular

3.11| Esporte e Lazer

4| Eixo 2 | Paraíba desenvolvida, sustentável, integrada e contemporânea

- 4.1| Recursos Hídricos
- 4.2| Saneamento Básico
- 4.3| Energia
- 4.4| Mobilidade Urbana
- 4.5| Meio Ambiente, Recursos Naturais, Terra e Territórios
- 4.6| Indústria
- 4.7| Agropecuária
 - 4.7.1| Agricultura
 - 4.7.2| Agricultura Familiar
 - 4.7.3| Fruticultura
 - 4.7.4| Cana de Açúcar
 - 4.7.5| Pecuária
 - 4.7.6| Pesca e Piscicultura
 - 4.7.7| Estrutura e Gestão
- 4.8| Desenvolvimento Local Integrado e Regionalizado
- 4.9| Turismo
- 4.10| Empreendedorismo

5| Eixo 3 | Paraíba inovadora, criativa, inteligente e estratégica

- 5.1| Polos Temáticos de Desenvolvimento
- 5.2| Energia Renovável
- 5.3| Gestão Inteligente
- 5.4| Ciência, Tecnologia e Informação
 - 5.4.1| Infraestrutura para Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação
 - 5.4.2| Formação/atração/ fixação de pessoal para CT&I
 - 5.4.3| Estruturação/Ampliação de Ambientes de Inovação
 - 5.4.4| Agenda de Pesquisa com Temas Regionais Prioritários
 - 5.4.5| Modelo de Gestão, Governança e Investimento para ECT&I
- 5.5| Empreendedorismo Inovador
- 5.6| Desenvolvimento Regional, Integrado e Estratégico

1 APRESENTAÇÃO

Para nós, paraibanos, o processo eleitoral de 2018 ocorre em contexto histórico tão especial e decisivo quanto contraditório.

Em nosso estado, nos últimos oito anos, experimentamos um ciclo virtuoso de modernização e avanços sem precedentes. O pior do passado, que nos mantinha estacionados no imobilismo e no atraso, está sendo superado. As forças e os atores sociais que protagonizaram essa transformação encontraram no governo estadual a direção dinâmica, capaz de promover as rupturas necessárias e as trajetórias de progresso e renovação, conhecidos de todos, que tornaram a Paraíba contemporânea, confiante e preparada para o seu futuro.

Os avanços alcançados impressionam por sua magnitude e por seu significado profundo para a emancipação e a felicidade social, bem como para o desenvolvimento continuado, integrado e sustentável do estado. Chegamos em 2018 com indicadores extraordinários, que propiciam condições novas e favoráveis para os saltos estratégicos de que necessitamos, a fim de promover o progresso material, intelectual e civilizatório para todos os paraibanos.

Regionalmente, também, foram muitos os progressos alcançados para romper a condição periférica do estado e da região e ampliar as bases do tardio desenvolvimento integrado. Mesmo sob as condições adversas da ordem econômica em crise, das desigualdades geopolíticas e sociais, e da fragmentação federativa, impostas historicamente à região, a Paraíba, por ação do governo estadual, teve papel protagônico nas iniciativas para articular, política e economicamente, os estados do Nordeste. O esforço fixou novos paradigmas, criou agendas comuns e empreendeu experiências, cujo êxito pode indicar um caminho de equilíbrio e prosperidade para a região e para o país.

No cenário nacional, contudo, o ambiente está marcado pela profunda crise política instalada no país. Agravado em 2016 e ainda em curso, o quadro, como se sabe, atormenta os brasileiros e desorienta a Nação, com seus elevados custos sociais, institucionais e econômicos. O conjunto de intervenções forçadas, pactuadas e impostas por cima, sem o requisito da legitimação da vontade popular, tem promovido a intolerância e o acirramento das divisões internas da sociedade. Tem afrontado fundamentos do *Estado de Direito*, imprescindíveis ao funcionamento

democrático da vida social. Tem aprofundado a distopia das relações entre Estado, indivíduos e coletividades. Com seus equívocos, a coalizão governamental, mal legitimada e precariamente sustentada, tem ameaçado a integridade do patrimônio nacional, tem desorganizado a economia, agravado desigualdades, promovido a insegurança jurídica, tem gerado ódios e incertezas e favorecido o pensamento e as “soluções” autoritárias.

Esse ambiente desastroso, há tempos, vem sendo agravado por dois fatores. Um refere-se à crise estrutural da *Política* como instituto republicano e como pilar da sociedade democrática. Para a frustração social, ela é esvaziada de suas virtudes e corrompida, conforme as conveniências das elites dirigentes do país, em especial desde o fim da ditadura civil-militar. Outro fator diz respeito ao descrédito nos políticos e nas instituições. Tanto por seus vícios e imperfeições, agora expostos como nunca, quanto pela ação manipuladora de interesses obscuros, que se valem do cansaço e do ceticismo da sociedade, para auferir vantagens e posições de poder para indivíduos, grupos e classes.

Em contraste com esse ambiente dominante no país; aqui, na Paraíba, experimentamos um período de requalificação e de recuperação da legitimidade da *Política*. Pela seriedade e competência da ação governamental e das forças sociais que lhe dão sustentação, a *Política* tem sido conduzida e percebida como instrumento principal da soberania popular e do interesse público. Em nosso estado, nos últimos anos, a *Política* tem sido o instrumento da convergência em meio à legitimidade e à virtude dos dissensos, tem sido ferramenta da cidadania, da vontade democrática e da gestão pública orientada para os interesses e necessidades plurais da sociedade.

É, portanto, em meio a esse quadro contraditório e de inflexão histórica que – mesmo contra a vontade de alguns segmentos conservadores radicalizados – a sociedade é chamada a se manifestar nas urnas, para eleger novos dirigentes e representantes parlamentares. Mais que isso. No plano nacional, trata-se de redefinir os rumos do país, salvá-lo da desagregação social, do desastre e do anacronismo econômicos e do retrocesso autoritário.

Em nosso estado, diferentemente, é o momento de seguir, firme, no rumo certo e continuado em direção à modernização ampla e plena de todo o nosso território. É o momento de avançar na perspectiva da integração regional e do reequilíbrio federativo.

Agora, que dotamos o estado de condições bastantes para o crescimento, é o tempo de avançar estrategicamente. Pensar e planejar nosso desenvolvimento numa perspectiva plurianual e articulada local e regionalmente. Não há outra direção a seguir senão aquela que nos conduz ao nosso futuro. Depois de termos conquistado tantas condições novas e favoráveis para tantos em nossa terra; depois de termos

requalificado o papel do Governo e do Estado para o efetivo cumprimento de sua missão constitucional; depois de termos aberto o caminho seguro para um futuro mais próspero, mais justo e mais feliz para todos/as; é impensável imaginar que possamos voltar atrás!

É, portanto, em meio a esse ambiente sócio-histórico, que, para paraibanos, nordestinos e brasileiros, torna-se imperativo avançar com as agendas de defesa do estado democrático de direito, da democracia e da cidadania pela ampliação do controle social e da participação popular, pelo aperfeiçoamento e universalização das políticas públicas, pelo desenvolvimento social e econômico sustentável e integrado e pelos avanços na continuidade e no aperfeiçoamento dos investimentos e ações do governo voltados para as infraestruturas social e física de nosso estado.

Viva a Paraíba!

Viva a Democracia!

Viva o Trabalho!

Coligação **A FORÇA DO TRABALHO**

PSB, PDT, PT, DEM, PPS, AVANTE, PTB, PRP, PODEMOS, PCdoB, PRB, PMN, REDE, PROS.

JOÃO AZEVEDO

2

INTRODUÇÃO

2.1| Um legado de conquistas e de modernização

Nos últimos oito anos, a Paraíba experimentou um ciclo de recuperação e de desenvolvimento sem precedentes em sua história. Um processo virtuoso de mudanças que vem transformando a vida social e econômica de nosso estado e irradiando sinergias no entorno regional. Com o apoio imprescindível de setores dinâmicos da sociedade, o governo estadual atingiu marcos e metas notáveis de crescimento e modernização, cuja importância para a elevação da qualidade de vida e para a perspectiva de futuro de milhões de conterrâneos é, de fato, uma grande conquista social. Estabelecemos o necessário equilíbrio fiscal, promovemos políticas públicas para o resgate social e recuperamos amplamente a capacidade de investimento do Estado.

Somos, hoje, o 7º estado da Federação com o melhor equilíbrio fiscal; o 6º estado brasileiro em capacidade de investimento público; temos a 6ª menor dívida pública estadual do País; somos o 4º melhor estado brasileiro em infraestrutura; o 1º do Nordeste e o 10º do Brasil em competitividade. São, igualmente, notáveis as realizações nas áreas do desenvolvimento e da infraestrutura sociais. Em 2014, já tínhamos garantido uma redução de cerca de 30% do número de famílias paraibanas situadas na linha da pobreza. Entre 2011 e 2015, reduzimos em 22,3 % a taxa de analfabetismo em nosso estado. Redução essa maior que a do Brasil e maior que a do Nordeste. Construímos a terceira melhor malha viária do país, pela qual, todos os 223 municípios paraibanos estão ligados por estradas asfaltadas. Alcançamos, também, a menor taxa de mortalidade infantil do Nordeste. Dotamos o Sertão de um Hospital para tratamento do câncer e a região metropolitana da Capital com um hospital de ponta, especializado em cardiologia e neurologia, além de outras doze novas unidades hospitalares em todo o estado. Criamos e ampliamos Programa governamental que tem enviado centenas de estudantes da rede pública estadual para intercâmbio cultural e educacional no exterior. Criamos 12 escolas técnicas profissionalizantes estaduais.

Também, no que se refere à governança, por meio de rupturas e da superação de modelos, relações e culturas político-administrativas ultrapassadas, logramos criar e adotar novas práticas de gestão e de interação com a sociedade. Os números do Orçamento Democrático Estadual (ODE), implantado em 2011, impressionam

por sua magnitude e pelo alcance social que expressam. Em sete anos, foram R\$ 9 bilhões destinados ao atendimento das demandas estabelecidas diretamente pela população em cerca de 112 audiências públicas, das quais participaram mais de 240 mil pessoas, nas quatorze regiões administrativas do estado. 1.300 Conselheiros Regionais auxiliaram o Executivo na análise técnica das mais de 130 mil demandas coletadas da população nas reuniões plenárias. O ODE-PB é, possivelmente, a mais bem sucedida e regular experiência estadual de participação popular na gestão democrática do orçamento público.

Assim, a Paraíba se tornou contemporânea e, enfim, de fato, preparada para prosseguir construindo um presente e um futuro orientados para a justiça social, a prosperidade e o bem viver de todos.

2.2| Agora, é consolidar, expandir e avançar

Este novo ciclo de governo e de desenvolvimento que vamos iniciar, portanto, encontra sua melhor síntese no trinômio Consolidar, Expandir e Avançar. Com responsabilidade e ousadia, trata-se de manter e ampliar o campo de forças, de setores e de lideranças sociais em torno do projeto que vem conduzindo nosso estado no caminho de sua requalificação e da transformação progressista, idônea e generosa da Política, do Estado e da Sociedade.

A **CONSOLIDAÇÃO** das políticas, programas e ações realizadas nesse período requer o empenho continuado do governo, dos demais poderes do Estado e da sociedade organizada para institucionalizar as ações já convalidadas por seu impacto social e econômico, verificável por meio de indicadores e do controle da sociedade. Dar-se-á, também, mediante sua sustentabilidade, assegurada pelos instrumentos e compromissos da governança.

EXPANDIR não deve ser compreendido, mecanicamente, como mais do mesmo para muitos. É mais que isso. O êxito das ações do governo até aqui se deve a um conjunto de fatores e condutas que precisa ser mantido e, continuamente, aprimorado. A sustentabilidade do que foi realizado é consequência natural do rigor e da transparência com que administramos os recursos públicos. Por isso, manter o equilíbrio fiscal é condição para sustentar e ampliar a capacidade de investimento do estado, requisito para ampliação/universalização do acesso aos serviços públicos e para o aperfeiçoamento de sua qualidade. Nosso modelo de gestão dos recursos financeiros seguirá, portanto, firmemente ancorado nos três pilares de nossa governança:

a realização de quaisquer despesas do governo se dá mediante a rigorosa observância da relação entre previsão orçamentária e disponibilidade financeira;

todos os investimentos e todas as ações do governo estadual, sem exceção, são, rigorosa e republicaneamente, pautados pelo interesse público, independentemente das colorações e preferências partidárias prevalentes nos municípios e setores beneficiados; e

a transparência dos atos e das informações do Governo constitui instrumento imprescindível para o exercício e o aprimoramento do controle do Estado pela Sociedade.

Igualmente, para ampliar o acesso a serviços públicos estáveis, é necessário otimizar e requalificar o que já está alcançado. Metas desejáveis como a universalização e a qualidade/excelência dos serviços – um direito da Sociedade e um dever do Estado – exigem a busca permanente e criativa pelo redimensionamento de estruturas, condutas, modelos e padrões instituídos.

É a partir desse equilíbrio responsável e proativo que daremos os passos adiante no caminho de nosso desenvolvimento sustentável e socialmente referenciado.

Todas as conquistas e realizações desses últimos oito anos, como vimos, não apenas inseriram a Paraíba no mapa ético-político da governança responsável, cidadã e eficiente, mas também criaram as condições necessárias para ousarmos projetar nossos saltos estratégicos.

Por isso, agora é, também, o momento de **AVANÇAR!**

Nossas potencialidades, vocações e talentos são nossos melhores ativos. À governança compete agregá-los e animá-los em políticas e iniciativas. O realizado até aqui esteve sempre voltado para o horizonte de nosso futuro comum. Com mais prosperidade, igualdade e esperança para todos. Para nós, mais que uma declaração, essa perspectiva pode e deve, agora, se constituir em “política de governo”. Assim, nossa gestão atuará não apenas para conduzir o estado nos próximos quatro anos. Mas, também, para lançá-lo na direção do próximo decênio. Queremos atuar forte e cooperativamente – Governo, Estado e Sociedade – para projetar e preparar uma Paraíba integrada local e regionalmente; reinserida no quadro federativo; aberta ao intercâmbio internacional e orientada para ocupar, solidariamente, seu devido espaço no centro político, econômico e social da Nação.

2.3| Eixos estratégicos

Nosso projeto está, portanto, organizado em torno de três EIXOS ESTRATÉGICOS, que articulam, dinamicamente, o conjunto de metas, políticas, interações e iniciativas, por área de atuação governamental, adiante apresentado

para o debate, a crítica e o escrutínio da sociedade.

Eixo 1| Paraíba democrática, cidadã, inclusiva e segura

Eixo 2| Paraíba desenvolvida, sustentável, integrada e contemporânea

Eixo 3| Paraíba inovadora, criativa, inteligente e estratégica

3

EIXO 1

**PARAÍBA DEMOCRÁTICA,
CIDADA, INCLUSIVA
E SEGURA**

3.1| EDUCAÇÃO

UM PROJETO EDUCACIONAL CIDADÃO, COMPETENTE E CONTEMPORÂNEO

Conforme demonstra o dramaturgo paraibano Paulo Pontes em *Paraí-bê-a-bá* (1968) – uma certidão notável de nossa identidade humana e social, nordestina e brasileira –, somos singulares e plurais, somos particulares e universais. Nós e nossa virtuosa vocação para a resistência e a esperança. Como aquela Paraíba essencial, retratada pelos olhares conterrâneos harmonizados por Paulo Pontes, também a Paraíba de hoje e de amanhã é uma construção coletiva e dinâmica.

O programa educacional aqui proposto pela **COLIGAÇÃO A FORÇA DO TRABALHO**, portanto, tem a sua identidade constituída pela combinação de três paradigmas fundamentais, que lhe dão densidade e credibilidade programática e social.

O primeiro deles é seu alinhamento com a **AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**, instituída e coordenada pela Organização das Nações Unidas | ONU. Fruto do compromisso cooperativo de dezenas de países com o desenvolvimento sustentável, a AGENDA é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Ela busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Por essa razão, este Plano de Trabalho está orientado para o oferecimento de uma educação pública inclusiva e equitativa de qualidade em todos os níveis. Política essa fundada na convicção de que todas as pessoas – independentemente do sexo, idade, raça, etnia, eventual deficiência –, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida. É seu direito humano e cidadão dispor de formação educacional de qualidade que as ajudem a adquirir ou aperfeiçoar os conhecimentos e habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade. Portanto, nossa meta é a de seguir criando e ampliando as melhores condições capazes de oferecer a crianças, jovens e adultos da Paraíba um ambiente sócio-educacional que propicie a plena realização dos seus direitos e capacidades. Por esse caminho seguiremos ajudando nosso estado e nosso país a colher dividendos demográficos, inclusive por

meio de escolas qualificadas e seguras e de comunidades e famílias estruturadas, solidárias e coesas.

A segunda marca identitária de nosso projeto para a educação é seu compromisso com as metas e proposições do PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO | PNE (2014-2024) e do PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA | PEE-PB (2015-2025). Ambos os documentos derivam do legado democrático instituído pela Constituição Federal de 1988. Sua elaboração se deu mediante processos caracterizados por ampla e qualificada participação da sociedade. Uma construção coletiva e cidadã, tão representativa quanto excelente.

Entre junho de 2013 e junho de 2015, por iniciativa conjunta do Governo Estadual e do Conselho Estadual de Educação (CEE-PB), foi elaborado o PEE-PB (2015-2025). O documento constitui referência essencial para a consolidação, a expansão e o aperfeiçoamento de uma política educacional democrática e competente, voltada para a formação qualificada e cidadã de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e de pessoas que necessitem de atendimento especializado, a exemplo do que vem sendo realizado em nosso estado desde 2011.

O PEE-PB relaciona 28 METAS, organizadas por 301 estratégias, a serem alcançadas até 2025, que abrangem todos os níveis e modalidades da educação formal. O documento tem servido de referência para as políticas e ações educacionais do governo estadual. Vale registrar que diversos de seus objetivos e ações têm sido prejudicados pelos efeitos das restrições financeiras e orçamentárias impostas pelos retrocessos da política econômica federal. Outros deles foram já alcançados nos últimos anos. Em essência, contudo, o PEE-PB é paradigma representativo para o prosseguimento da política educacional avançada em nosso estado.

O terceiro marco que explica e orienta nosso programa para a educação é o LEGADO DE CONQUISTAS 2011-2018, cujas consolidação e expansão constituem nosso compromisso e nossa meta. O conjunto de políticas, programas, projetos e ações criadas e empreendidas pelo Governo da Paraíba nesses últimos oito anos transformou, profundamente, o sistema estadual de ensino público. Da valorização do trabalho docente e técnico-administrativo às condições inovadoras e proativas, sintonizadas com as exigências do século 21, tudo foi criação, trabalho e avanço. Com uma ampliação dos investimentos da ordem de 551%, a Paraíba alcançou índices educacionais extraordinários. Em 2017, por exemplo, fomos o quarto estado brasileiro em número de estudantes do ensino médio em escolas de horário integral.

Assim, organizado em torno dessas referências, apresentamos para o debate público o conjunto de metas, objetivos e ações que a COLIGAÇÃO A FORÇA DO TRABALHO realizará na área da educação estadual.

3.1.1| Como se sabe, a oferta e a gestão da EDUCAÇÃO INFANTIL pública

competem, na forma da lei, aos municípios. Entendemos, contudo, que, por sua relevância original para o ótimo desenvolvimento do educando-cidadão, o governo deve atuar ainda mais para estreitar e qualificar as relações institucionais e pedagógicas desse primeiro nível educacional. Na educação infantil, a criança precisa desenvolver habilidades intelectuais, sensoriais e motoras, além de sedimentar valores e atitudes que serão essenciais em seu processo de alfabetização. Pensando no desenvolvimento integral das crianças, consideramos que é preciso:

Ampliar o SOMA–PACTO PELA APRENDIZAGEM NA PARAÍBA, articulado ao PACTO PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PARAÍBA, para investir também nas ações de educação emocional ainda na etapa da educação infantil;

3.1.2| Quanto ao ENSINO FUNDAMENTAL, trata-se de:

assegurar o aprendizado na idade certa a toda criança paraibana e eliminar a distorção idade-série/ano;

alcançar e manter os 100% de alfabetização na idade certa;

criar a Escola Cidadã Integral de nível Fundamental I, com projeto pedagógico próprio, referenciado, desenvolvido por professores paraibanos, por meio da Rede Gira Paraíba, centrado na formação para a autonomia, no ensino bilíngue, ética, criatividade e inovação;

ampliar a oferta de ensino integral de níveis fundamental I e fundamental II, por meio do regime de colaboração entre estado e municípios, utilizando o Pacto pelo Desenvolvimento Social e o programa SOMA, fomentando e apoiando a ampliação e construção de escolas, aquisição de laboratórios e material didático, acesso a sistema de gestão informatizados, assessoria técnica pedagógica e formação continuada de professores e gestores;

manter, ampliar e aperfeiçoar os programas e protocolos de cooperação da Secretaria Estadual de Educação com as Instituições de Ensino Superior públicas;

manter e aperfeiçoar o programa SOMA–PACTO PELA APRENDIZAGEM NA PARAÍBA, articulado ao PACTO PELO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA PARAÍBA; ampliando o acesso das escolas regulares ou em tempo

integral no ensino fundamental aos seus recursos e instrumentos;

ampliar o acesso ao ensino integral, mediante aperfeiçoamento do regime de colaboração com os municípios;

equipar 100% das escolas do Ensino Fundamental II da rede estadual com laboratórios de robótica e de ciências;

potencializar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD);

3.1.3| No que se refere ao ENSINO MÉDIO, nossas metas principais serão:

universalizar o acesso ao ensino médio em tempo integral;

implementar o conceito de estrutura física escolar MODULAR, equipando unidades de ensino, conforme suas necessidades, com:

Módulo-Laboratório de robótica e de ciências;

Módulo-Auditório;

Módulo-Refeitório;

Módulo-Quadra Coberta;

Módulo-Vestiários;

Salas de Bandas de Música;

manter e ampliar o PROGRAMA GIRAMUNDO, para Professores e estudantes, ampliando os países de intercâmbio, identificados através de seu potencial e experiência na área de educação;

implantar ações de empreendedorismo em todas as escolas da rede estadual;

implantar a metodologia de empreendedorismo Colaboração em todas as escolas cidadãs integrais não técnicas, desenvolvido por professores paraibanos, por meio da Rede GiraParaíba (Rede de formação e colaboração constituído por professores egressos do Giramundo Finlândia), centrado na formação para a autonomia, autenticidade, germinação de startups e projetos de intervenção social;

apoiar e ampliar as bandas escolares em todos os municípios;

potencializar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD);

3.1.4| Em relação à EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO, as ações do governo orientar-se-ão para:

expandir a oferta dessa modalidade educacional no sistema público de ensino, de forma integrada ao ensino médio e aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais;

implementar Escolas Técnicas estaduais em regiões ou sub-regiões que ainda não foram contempladas com esse benefício;

duplicar as matrículas nessa modalidade de ensino, por meio da construção de novas unidades ou transformação de escolas estaduais em Escolas Técnicas;

ampliar a oferta de cursos técnicos nas áreas de cooperativismo, agricultura familiar, energias renováveis, economia criativa, design, mineração, turismo e hospitalidade e tecnologias da informação e saúde;

aprimorar as ações destinadas à assistência estudantil e os mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições para a permanência dos estudantes e a finalização dos cursos;

criar e manter o PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, em regime de cooperação com empresas e instituições, destinado a atender, de início, os alunos egressos da rede pública estadual de ensino técnico profissional, considerando seus projetos de vida e incentivo à permanência e continuidade nos estudos de nível superior, quando for o caso;

ampliar e apoiar a implantação de “Empresas Pedagógicas” (a exemplo do bistrô pedagógico/ECIT Mangabeira) e de projetos de intervenção comunitária em todas as escolas técnicas estaduais, incentivando o protagonismo profissional associado ao desenvolvimento local, cooperação e sustentabilidade;

implantar o PROGRAMA FORMAÇÃO PARAÍBA, para a oferta de cursos itinerantes de especialização técnica, em parceria com Prefeituras e Instituições de Ensino;

potencializar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e a Violência (PROERD);

3.1.5| EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

O Estado da Paraíba tem enfrentado diversos desafios na busca incessante para assegurar uma Educação Pública universal e de qualidade na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Neste sentido, vamos fortalecer a EJA CIDADÃ, que é direcionada para as especificidades da modalidade, alicerçada em três dimensões do contexto da trajetória de vida dos educandos: reparação, equidade e qualificação. Assim, promoveremos, efetivamente, uma educação cidadã inclusiva para a integralidade dos sujeitos de direitos.

A EJA Cidadã está voltada para o desenvolvimento da excelência acadêmica, formação para a vida e formação para as competências do século XXI, estando centrado no Protagonismo Estudantil e Trajetória e Projeto de Vida dos estudantes, possibilitando, assim, formar cidadãos autônomos, solidários, competentes e socialmente ativos, ou seja, indivíduos protagonistas, agentes sociais e produtivos, com conhecimentos, valores e competências dirigidas ao desenvolvimento social e preparo para o exercício pleno da cidadania.

Assim, vamos implantar a EJA - CIDADÃ, buscando criar as condições para:

cumprir as metas do Plano Nacional (2014) e Estadual de Educação (2015-2025);

efetivar as diretrizes operacionais que estabelecem orientações norteadoras da práxis educacional no Estado da Paraíba;
elevar a escolaridade da população na Modalidade EJA no Estado da Paraíba;

estabelecer parcerias da Secretaria de Estado da Educação com Municípios e movimentos sociais, para a alfabetização de jovens, adultos e idosos; com prioridade para os municípios que têm o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

3.1.6| EDUCAÇÃO ESPECIAL

fortalecer as políticas voltadas para a Educação Especial que possibilitem a utilização de metodologias, tecnologias assistivas, recursos pedagógicos em todos níveis e modalidades na Rede Estadual de Ensino, visando à permanência e aprendizagem dos estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação;

ampliar o atendimento educacional especializado (AEE) ao público da

educação especial, com expansão das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e fomento à formação continuada de professore(a)s;

adotar políticas afirmativas que reduzam as desigualdades étnicas raciais e regionais, viabilizem o acesso e a permanência dos (as) estudantes da educação profissional técnica de nível médio, contemplando também os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno de espectro autista e altas habilidades;

desenvolver ações de fortalecimento da Educação Profissional dos estudantes com Deficiência e Transtornos Globais do desenvolvimento, através das Escolas Técnicas Estaduais, visando à profissionalização e inserção desses estudantes no Mercado de Trabalho, articulado ao Programa Primeiro Emprego aqui proposto;

melhorar as condições de transporte para estudantes com deficiência que apresentam dificuldade de locomoção para frequentar a Rede Estadual de Ensino;

3.1.7| EDUCAÇÃO TRANSVERSAL E DIVERSIDADE

Um conjunto contemporâneo de mediadores civilizatórios vem alcançando crescente interação com os conteúdos, as teorias e as práticas educacionais. Em parte incorporados às políticas e aos sistemas de educação, esses mediadores e suas agendas constituem novos paradigmas capazes de requalificar as condições presentes do bem-viver social e as perspectivas de um futuro inclusivo e próspero para todos. No caso de nosso estado, especialmente, estamos nos referindo, especialmente, aos DIREITOS HUMANOS, às QUESTÕES AMBIENTAIS, às RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, às COMUNIDADES INDÍGENAS, QUILOMBOLAS, CIGANAS e DO CAMPO.

ampliar a oferta de laboratórios de agroecologia e cursos técnicos na área de meio ambiente nas Escolas Regulares, Cidadãs e Técnicas Cidadãs;

ampliar as ações de educação ambiental como prática educativa integrada, contínua e permanente;

apoiar a formação continuada de professores na área da educação ambiental, para fomentar a produção e transmissão de conhecimento voltado para sustentabilidade socioambiental;

fomentar o estudo da história e da cultura afro-brasileiras e indígenas nas escolas da Rede Estadual de Ensino;

implementar ações de inclusão de negros, indígenas, quilombolas e ciganos nas escolas e Programas de Intercâmbio promovidos pela Rede Estadual de Ensino;

promover a formação continuada e em serviço dos professores que atuam em escolas localizadas em comunidades indígenas, quilombolas, ciganas e do campo;

3.1.8| QUALIDADE E GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

QUALIDADE

consolidar e fortalecer os Programas e Projetos em curso na Secretaria de Educação, como o GIRA MUNDO; o PARAÍBA FAZ EDUCAÇÃO (Prêmios MESTRES DA EDUCAÇÃO e ESCOLA DE VALOR; o PB VEST (Programa Pré-Vestibular Social); o SOMA;

ampliar o PROGRAMA GIRA MUNDO, para o intercâmbio nas áreas de esporte e cultura;

aprimorar os PRÊMIOS MESTRES DA EDUCAÇÃO E ESCOLA DE VALOR, aperfeiçoando as metas anuais estabelecidas, dentre outras, aquelas voltadas para a melhoria dos indicadores do ENEM, IDEB, taxa de frequência no ensino fundamental e taxa de frequência no ensino médio;

consolidar e institucionalização do Orçamento Democrático Escolar;

apoiar e estimular os processos participativos de reformulação das propostas pedagógicas e curriculares pelas escolas, para que possam assegurar e desenvolver o padrão de qualidade da educação, articulando toda a comunidade escolar;

investir na formação e aperfeiçoamento dos gestores da educação básica, mediante cursos e treinamentos promovidos por instituições especializadas;

descentralizar a gestão, ampliando a autonomia das escolas;

fortalecer as Gerências Regionais de Educação;

desenvolver, em parceria com Instituições de Ensino Superior e FAPESQ, a realização de pesquisas científicas, cursos e programas educativos;

GESTÃO DEMOCRÁTICA

consolidar e aperfeiçoar a gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho;

ampliar a participação dos alunos na gestão da educação no estado;

aperfeiçoar as ações do Orçamento Democrático Escolar;

3.1.9| EDUCAÇÃO SUPERIOR

Estimular as interações entre as Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas, com vistas ao estabelecimento de um SISTEMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR efetivo, integrado e referenciado nas políticas públicas para o desenvolvimento social da Paraíba, do Nordeste e do Brasil;

promover e apoiar o envolvimento institucional-acadêmico das IES com as demandas do desenvolvimento social e econômico estadual e regional;

criar, na estrutura da Secretaria Estadual de Educação, a Secretaria Executiva do Ensino Superior (SESu);

estabelecer cooperação entre as universidades e as áreas de educação do estado, para a implantação de programas e ações voltados para a erradicação do analfabetismo;

fomentar e apoiar as interações das universidades do estado com o ensino técnico público, a fim de proporcionar sua qualificação continuada, com vistas ao desenvolvimento de áreas estratégicas do interesse social;

em regime de cooperação com a UEPB, especialmente, e com as demais universidades, criar condições para expansão do acesso ao ensino superior;

fortalecer a articulação dos cursos superiores de formação de professores (licenciaturas universitárias) com a rede de educação básica;

em cooperação com o Centro de Multiusuários da Área de Águas da UEPB, ampliar o monitoramento das águas do São Francisco que chegam à Paraíba;

fomentar o oferecimento de serviços nas áreas de prototipagem aditiva –

indústria 4.0 – e de lesões de cabeça e pescoço prestados pelo Centro de Multiusuários da Área de Saúde da UEPB;

em cooperação com a UEPB, UFPB, UFCG e IFPB, criar a CASA DA CIÊNCIA, ambiente destinado a atividades de divulgação e popularização da Ciência para a sociedade em geral e para públicos específicos;

3.1.10| FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

manter e aperfeiçoar uma política salarial baseada na valorização crescente e continuada dos profissionais da educação;

estimular e ampliar a formação continuada de professores – em atividade educativa – por área de conhecimento;

continuar ampliando o ingresso de profissionais da educação por meio de concurso público;

3.1.11| INFRAESTRUTURAS SOCIAL E FÍSICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

criar e manter o PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, em regime de cooperação com empresas e instituições, destinado a atender, de início, os alunos egressos da rede pública estadual de ensino técnico profissional, considerando seus projetos de vida e incentivo à permanência e continuidade nos estudos de nível superior, quando for o caso;

ampliar o acesso aos recursos e instrumentos do SOMA–PACTO PELA APRENDIZAGEM NA PARAÍBA (Sistema de Gestão SABER Municípios e Cadernos Pedagógicos, entre outros);

manter a qualidade e ampliar para os estudantes do nível técnico o PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR, em parceria com os Municípios.

atuar na esfera federal para subsidiar o transporte de estudantes do nível superior;

ampliar o nível histórico de investimento estadual em educação dos últimos oito anos;

garantir a qualidade do gasto público em educação;

criar o PROJETO OCUPE A ESCOLA, voltado para estimular a utilização dos espaços, equipamentos e recursos educacionais públicos pelas comunidades dos entornos escolares;

disseminar os projetos e as atividades culturais nas escolas e garantir o acesso ao material didático, ao fardamento, à melhoria dos acervos das bibliotecas e a qualidade do material permanente;

garantir acessibilidade arquitetônica nas Escolas da rede;

apoiar os municípios, por meio do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba, com convênios para construção de unidades de Educação, contribuindo para a universalização da educação infantil no estado;

3.2| SAÚDE

O cenário da rede estadual de saúde encontrado em 2011, dada a sua situação deplorável, exigia imediata intervenção do Executivo para, minimamente, assegurar o direito ao acesso aos serviços médico-hospitalares públicos. Era evidente a concentração de muitos esforços políticos voltados, meramente, para colher benefícios eleitorais. João Pessoa e Campina Grande sempre concentraram os maiores volumes de recursos da área e, em consequência, atraíram as maiores demandas de saúde da população do estado.

A política de saúde implementada pelo governo estadual a partir de 2011 baseou-se no conceito de descentralização e regionalização das ações de saúde de média e alta complexidades.

O Governo do estado decidiu, estrategicamente, proporcionar a descentralização da atenção ao alto risco em obstetrícia; proporcionou a melhoria da infraestrutura, com a implantação de 14 novos hospitais; implantou o programa, pioneiro no país, para a atenção a cardiopatias congênitas em crianças (REDE DE CARDIOLOGIA PEDIÁTRICA DA PARAÍBA); descentralizou o tratamento do câncer para o Sertão paraibano, com a inauguração do Hospital do Bem, em Patos; com investimentos maciços de recursos financeiros, o governo estadual teve a felicidade de criar quase 1.500 novos leitos, os quais, em sua grande maioria, custeados com recursos do Tesouro estadual.

Também vale ressaltar que o futuro da assistência à saúde de média e alta complexidades depende essencialmente de uma política que envolva o apoio do governo estadual aos entes municipais, bem como a integração das redes, capaz de superar o modelo hospitalocêntrico e de empoderar o gestor pleno, que é o Município.

Seguem, adiante, portanto, diretrizes, objetivos, metas e propostas a partir das quais faremos avançar a política e a gestão da saúde em nosso estado.

requalificar o Hospital e Maternidade Frei Damião, contemplando e dotando os serviços de estrutura necessária para a atenção à saúde da mulher, com a implantação de um CENTRO DE PARTO NORMAL e de uma CASA DE APOIO MÃE-BEBÊ;

implantar no Hospital de Mamanguape o Serviço de Gravidez de Alto Risco;

reformular e ampliar os hospitais que integram a Rede Estadual de Saúde;

implantar o Centro de Referência em Esclerose Múltipla da Paraíba;

integrar as redes de atenção à saúde, sobretudo as prioritárias: Redes de Atenção Materno-Infantil, de Atenção às Urgências e Emergências, de Atenção Psicossocial, de Cuidado à Pessoa Com Deficiência e a de Atenção às Doenças Crônicas;

ampliar o número de leitos para internações de longa permanência; implantar o Complexo Regulador Estadual;

implantar a nova sede do Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN);

ampliar a incorporação de recursos de tecnologia da informação à gestão da rede estadual de saúde;

transformar o Centro de Formação de Recursos Humanos da Saúde (CEFORH) em ESCOLA ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA;

fortalecer a política de assistência farmacêutica no estado, assegurando e qualificando o acesso a medicamentos essenciais, mediante:

a instituição de um processo contínuo para avaliação de tecnologias em saúde, definindo critérios para incorporação de medicamentos estratégicos de acordo com a epidemiologia estadual;

implantação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, com objetivo de ampliar e regular o acesso de medicamentos;

a ampliação das ações de apoio institucional na área da

assistência farmacêutica, junto as Gerências Regionais de Saúde, para apoiar os tratamentos previstos na RENAME;

fortalecer a Política de Aleitamento Materno na Paraíba, com a criação de SEIS (6) novos postos de coleta de leite humano: em Monteiro, Princesa Isabel, Catolé do Rocha, Piancó, Itaporanga e Picuí;

instalar Oficinas Ortopédicas para o atendimento aos componentes da Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência em João Pessoa e Sousa;

estimular a ampliação do Programa de Residências Médicas e de vagas, incluindo o Programa de Residências Multiprofissionais;

estimular a criação de Programas de Mestrado Profissional em Saúde da Família e de Mestrado Acadêmico em Saúde Coletiva, voltados para os profissionais de saúde dos serviços estaduais, em cooperação com as Instituições de Ensino Superior do estado;

3.3| SEGURANÇA PÚBLICA

Como é sentido por todos os brasileiros, a segurança pública é, hoje, um dos principais entraves ao desenvolvimento, além de representar uma grave ameaça à Democracia e à consolidação do Estado de Direito. O medo e a sensação de insegurança estão presentes na vida cotidiana da maioria da população.

Também nessa área de responsabilidade governamental vivemos situações diferentes, se compararmos os indicadores e os cenários da Paraíba e do Brasil. Naturalmente, em suas origens e seus efeitos principais, há semelhanças. As desigualdades estruturais que assolam nosso país, o retorno a um quadro de crise econômica aguda e um novo abandono de políticas públicas voltadas para a equidade social – tudo agora agravado pela crise política e institucional em andamento – constituem fatores de elevação da insegurança pública. Adicionalmente, a restrição de recursos e a falta de uma política nacional para essa área concorrem, também, para o aumento da criminalidade nos grandes centros urbanos e para o crescimento dos crimes contra a vida e o patrimônio.

Segundo o ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018, com dados relativos ao período 2006-2016, o Brasil atingiu neste último ano a marca histórica de 62.517 mortes violentas intencionais, o que corresponde a uma taxa de 30,3 homicídios por 100 mil habitantes, indicador correspondente a 30 vezes a taxa de assassinatos da Europa. Os efeitos mais devastadores estão nas regiões Norte e Nordeste. Entre 2006 e 2016, todos os estados com crescimento superior a 80% nas taxas de homicídios pertencem a essas duas regiões. Entre os dez estados mais violentos, seis pertencem

ao Nordeste e quatro à região Norte. Resultados diretamente relacionados com a marginalização federativa dessas regiões; embora, em muitos casos, também decorrente de omissões e incapacidades do poder público.

Esse cenário também afetou a Paraíba. Entre 2006 e 2011 observamos uma verdadeira escalada da violência no estado, onde o índice de homicídios por 100 mil habitantes saltou de 22,8 para 42,6, um aumento de 86,8%.

Essa triste realidade começou a mudar a partir de 2011, com a implantação do Programa Paraíba Unida Pela Paz. Entre 2012 e 2016, na contramão do que acontece no Brasil e no Nordeste, observamos uma queda consistente dos homicídios ano a ano. Saímos do alarmante índice de 42,6 homicídios por 100 mil habitantes, em 2011, para 33,9 em 2016. Já em 2017 obtivemos uma nova queda (31,9 homicídios por 100 mil habitantes), o que tornou a Paraíba o único estado da Federação a diminuir sua taxa de homicídios por seis anos consecutivos. Uma redução acumulada de 28% desde 2011. Em 2018 já tivemos uma diminuição de aproximadamente 5% nos registros, de janeiro a maio, e hoje a taxa de homicídios no estado está abaixo de 30 por 100 mil habitantes.

É o próprio ATLAS DA VIOLÊNCIA 2018 que reconhece e convalida o esforço e as conquistas da PARAÍBA nessa Área, ao afirmar que “...esses casos de sucesso – como os de Nova York, Medellín, Ciudad Juárez, Pernambuco (do Pacto pela Vida) e PARAÍBA PELA PAZ entre outros – nos mostraram que não precisamos reinventar a roda para enxergar a luz no final do túnel (...)”.

A Paraíba, que em 2011 era tida como o 3º estado mais violento do País, agora está na 18º posição. Nosso estado também foi destaque no Atlas da Violência 2018 por ter sido a unidade da Federação que registrou a maior redução de mortes violentas de jovens. Em 2016 tivemos uma queda de 15,6% da taxa de homicídios de pessoas de 15 a 29 anos, em relação ao ano anterior.

Assim, para prosseguir e avançar desenvolvendo uma política de segurança pública responsável, eficaz e cidadã é que a COLIGAÇÃO A FORÇA DO TRABALHO apresenta o seguinte conjunto de propostas e compromissos:

3.3.1| GESTÃO E ESTRUTURA

Criar os CENTROS DE COMANDO E CONTROLE – em João Pessoa, Campina Grande e Patos –; os quais desempenharão atividades tático-operacionais de inteligência e monitoramento;

efetivar o PROJETO DELTA. Integrar os recursos de mobilidade terrestres e aéreos com tecnologia para ampliar a capacidade de

fiscalização e agilidade na atuação do policiamento nas diversas situações: levantamento de inteligência, atendimento de ocorrências, apoio em operações policiais e cobertura de grandes eventos;

estimular a instalação das cidades inteligentes, definindo o padrão de tecnologias de monitoramento por vídeo a ser utilizado pelos diversos setores sociais para permitir conexão instantânea com o sistema da segurança pública;

implantar dois novos Batalhões da Polícia Militar, e duas novas Áreas Integradas de Segurança Pública:

o Batalhão Especializado de Apoio ao Turista (BEATur), ampliando a atuação exitosa da CEATur, expandindo seu padrão de atendimento para todas as áreas com potencial turístico na orla e no interior do estado;

o Batalhão de Alhandra, mediante a transformação da 1ª Companhia Independente da PM; e

as Áreas Integradas de Segurança de Sapé e de Juazeirinho;

criar a Região Integrada de Segurança Pública em Guarabira (4ª REISP)

implantar novos INSTITUTOS DE POLÍCIA CIENTÍFICA e NÚCLEOS DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL;

implantar o SERVIÇO DE RESGATE AEROMÉDICO ESPECIALIZADO, para melhorar a efetividade do serviço operacional do corpo de bombeiros do CBMPB e SAMU;

estruturar e potencializar as UPS existentes, agregando a participação de outros entes estaduais que possam somar com ações de saúde, educação, cultura, esporte e lazer, aumentando a aproximação da PM com os setores vulneráveis presentes naquelas áreas e reduzindo a influência criminosa nas comunidades assistidas;

fortalecer o conceito de POLÍCIA COMUNITÁRIA e ampliar as Unidades de Polícia Solidária (UPS's) no estado;

implantar o PROGRAMA ESCOLA PELA PAZ, por meio de videomonitoramento e identificação escolar biométrica, entre outras

medidas, em articulação transversal das Secretarias Estaduais de Educação, Segurança Pública e de Ciência e Tecnologia e Inovação;

otimizar o atendimento à população, oferecendo mais qualidade nas delegacias e possibilidades tecnológicas para os registros de ocorrências;

promover a integração da Polícia Militar com as Guardas Municipais, com vistas a aprimorar o monitoramento de segurança dos equipamentos públicos;

avançar com o processo de VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA, mediante:

a ampliação do acesso aos quadros do Sistema de Segurança, por meio de concursos públicos;

a manutenção e o aperfeiçoamento de toda a política de premiação prevista na legislação que disciplina o Programa PARAÍBA UNIDA PELA PAZ;

aprimorar a legislação que trata das carreiras e remunerações dos profissionais do Sistema de Segurança Pública e Defesa Social;

prosseguir com os esforços para a recuperação dos valores da remuneração do efetivo inativo em relação ao efetivo da ativa;

a ampliação de cursos para aperfeiçoamento das competências e redução da vitimização, com aprimoramento das ações de proteção à vida, à saúde física e psicológica;

o estímulo às ações de respeito aos direitos humanos e as garantias constitucionais, buscando o aprimoramento da qualidade dos serviços e estimulando o desenvolvimento Técnico Científico na Segurança Pública.

atuar – em cooperação com as demais instâncias do Estado e com a sociedade organizada - para o aperfeiçoamento da legislação sobre Segurança Pública.

ampliar o nível de investimento estadual em Segurança Pública;

aperfeiçoar as ações e protocolos de correição.

3.3.2| ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Ampliar Projeto para incentivo ao trabalho dos apenados em regime semi-aberto e aberto;

ampliar os investimentos para a modernização de instalações e a ampliação de vagas adequadas no sistema penitenciário;

fortalecer a formação continuada e valorizar as atividades dos Agentes Penitenciários, mediante a implantação de um PLANO DE CARGOS, CARREIRAS e REMUNERAÇÕES (PCCR's);

requalificar os serviços de saúde do sistema prisional;

fortalecer o Programa Estadual de Ressocialização de Pessoas Privadas de Liberdade;

manter e fortalecer os mecanismos para aquisição de produtos por meio do Programa de Agricultura Familiar (PAF);

estimular os projetos de hortas dentro das Unidades prisionais;

implantar oficinas permanentes para especialização de mão de obra específica (eletricista, pedreiro, encanador, serralheiro, entre outros), a fim de reduzir o retorno de apenados ao sistema prisional;

3.4| DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

seguir promovendo a interação democrática entre Estado, Governo e Sociedade, com vistas a:

buscar a universalização de direitos;

aperfeiçoar a segurança pública, o acesso à Justiça e o combate às violências;

aprimorar as interações entre Educação, Cultura e Direitos Humanos;

proteger e apoiar as populações originárias;

assegurar o direito à diversidade e ao meio ambiente;

assegurar o direito à Memória e à Verdade;

ampliar os equipamentos de assistência social: CASAS

DA CIDADANIA, CASAS DE ACOLHIDA para Crianças e

Adolescentes, de forma regionalizada e consorciada; a CASA

LAR, FAMÍLIA ACOLHEDORA e CASA DE PASSAGEM PARA ADULTOS E FAMÍLIA;

implantar o Projeto “Ônibus” da Cidadania”, para emissão itinerante de documentação;

ampliar o Programa CIDADE MADURA para outras regiões do estado;

duplicar o valor financeiro individual pago como Abono Natalino;

fortalecer e ampliar o Programa CARTÃO ALIMENTAÇÃO, para atendimento das famílias de baixa renda;

ampliar o acesso à água para o consumo humano e para produção de alimentos, através da implantação de tecnologias sociais, como cisternas, barreiros e barragens;

ampliar os Centros Públicos de Comercialização de Produtos da Economia Solidária;

ampliar e fortalecer o Programa JOVEM APRENDIZ, com a criação da vertente socioeducativa, voltada para a inserção no mundo do trabalho de jovens em situação de vulnerabilidade social, em coerência com os princípios do PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO, proposto neste Programa de Governo;

ampliar o número de Agências do Sistema Nacional de Emprego (SINE);

implantar o PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS (PROVITA);

Acessibilidade| Paraíba acessível e inclusiva

Participação, inclusão, garantia de acessibilidade, construção de cidadania e igualdade de oportunidades. Esses são os temas fundamentais no que se refere ao reconhecimento social das pessoas com deficiência. Eles constituem os parâmetros para a necessidade de se avançar na elaboração e implantação de políticas públicas capazes de promover a melhoria das condições de vida dessas pessoas e de garantir sua visibilidade e inclusão sociais. Em nosso estado, mais de 27% da população tem algum tipo de deficiência – intelectual,

física, auditiva ou visual. Razão ainda maior para que Estado, Governo e Sociedade se comprometam e interajam para assegurar direitos e promover o bem viver para todos. Para tanto, nos propomos a:

construir, com a sociedade organizada, um PLANO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA;

descentralizar as ações da Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD) para outras regiões do estado e, em parceria com os municípios, estruturar e apoiar a REDE DE PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, orientada para:

ampliar o Projeto PRAIA ACESSÍVEL;

estimular a melhoria da qualidade dos serviços, transportes e equipamentos em relação à acessibilidade;

estimular a capacitação e sensibilização dos profissionais e gestores da cadeia produtiva do turismo sobre a importância da acessibilidade como fator de inclusão social e de desenvolvimento do setor;

criar certificação de boas práticas em turismo acessível;

fomentar a ampliação de postos de trabalho no turismo voltados para pessoas com deficiência;

criar incentivos ao Trade Turístico de forma a estimular o oferecimento de serviços e atrativos de qualidade voltados às pessoas com deficiência;

criar, implantar e manter aplicativo para telefones móveis e portal eletrônico com informações acerca da acessibilidade e atrativos turísticos em destinos do estado;

qualificar profissionais da administração pública para o atendimento de turistas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

criar o PRÊMIO e o SELO EMPRESA AMIGA DA INCLUSÃO, destinados a incentivar as empresas privadas para o desenvolvimento de ações de empregabilidade para as pessoas com deficiência;

3.5| HABITAÇÃO

implementar o Programa Estadual de Regularização Fundiária;

promover a regularização fundiária dos núcleos habitacionais construídos pela CEHAP;

firmar parceria com as prefeituras para a regularização de bairros e comunidades consolidadas.

desenvolver estudos, para implantação de tecnologias voltadas para a diminuição dos custos domésticos; principalmente, as de captação de energia solar, aproveitamento e/ou reúso de água;

empreender gestões junto ao governo federal para a construção de unidades habitacionais conforme análise da demanda estabelecida pela CEHAP;

empreender gestões junto ao governo federal para a urbanização de assentamentos precários nas regiões metropolitanas;

ampliação no Trabalho Social do eixo de geração de emprego e renda, através de capacitação dos beneficiários com cursos profissionalizantes e articulação com os programas de concessão de crédito;

3.6| CULTURA

A exemplo do que ocorreu nas áreas de Educação, Saúde e Habitação, entre outras; também para a Cultura houve esforço continuado do governo e da sociedade organizada, para a elaboração de um Plano Estadual, capaz de organizar e projetar as ações do poder público. O processo que resultou no PLANO ESTADUAL DE CULTURA DA PARAÍBA (PEC-PB) teve início em março de 2012, impulsionado pelo movimento de institucionalização das políticas públicas de cultura, conforme indicação do PLANO NACIONAL (PNC) e do SISTEMA NACIONAL DE CULTURA .

Ainda em exame e tramitação nas instâncias governamentais, o PEC-PB está concebido para se desenvolver ao longo de um decênio, abrangendo o período 2017-2027. Pela combinação da dimensão política com a tridimensionalidade da Cultura - simbólica, cidadã e econômica -, o PLANO se estrutura em quatro Programas estratégicos. Os de:

Implementação do Sistema Estadual de Cultura;

Produção Simbólica e Diversidade Cultural;
Cidadania e Direitos Culturais; e
Cultura e Desenvolvimento.

Nosso Programa de Governo está, fortemente, referenciado nesse conjunto representativo de diagnósticos, programas e metas. Assim é que apresentaremos para debate e aprovação pela sociedade e pela Assembleia Legislativa Projeto de Lei destinado a:

Instituir o PLANO ESTADUAL DE CULTURA, orientado especialmente para:

reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional paraibana, nordestina e brasileira;

proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;

valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;

promover o direito à memória por meio dos museus, arquivos e coleções;

universalizar o acesso à arte e à cultura;

estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

estimular o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos;

estimular a sustentabilidade socioambiental;

desenvolver a economia da cultura, o mercado interno, o consumo cultural e a exportação de bens, serviços e conteúdos culturais;

reconhecer os saberes, conhecimentos e expressões tradicionais e os direitos de seus detentores;

qualificar a gestão na área cultural nos setores público e privado;

profissionalizar e especializar os agentes e gestores culturais;

descentralizar a implementação das políticas públicas de cultura;

consolidar processos de consulta e participação da sociedade na formulação das políticas culturais;

ampliar a presença e o intercâmbio da cultura brasileira no mundo contemporâneo;

articular e integrar sistemas de gestão cultural.

instituir o SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA, sob o qual estarão integrados subsistemas de:

Fomento e Financiamento da Cultura;

Informações e Indicadores Culturais;

Formação em Arte e Cultura;

e Sistemas Setoriais, como os de:

Patrimônio Cultural;

Museus;

Bibliotecas, Livro, Leitura e Literatura;

Sistema Estadual de Artesanato.

realizar, bienalmente, as Conferências Setoriais e a Conferência Estadual de Cultura, para debater estratégias e estabelecer a cooperação entre os agentes públicos e a sociedade civil, a fim de assegurar a implementação do Plano Estadual de Cultura e dos demais planos e/ou programas setoriais da área.

ampliar os pólos do PRIMA;

criar o PRIMA – ARTES CÊNICAS E DANÇA, com implantação de Núcleos em todas as regiões do estado;

por meio da ESCOLA TÉCNICA DE ARTES, do PRIMA – ARTES CÊNICAS E DANÇA e de outras estruturas e meios da administração estadual, estimular e apoiar a formação e profissionalização de técnicos e auxiliares que integram a cadeia de produção cultural (técnicos de áudio, fotógrafos, assistentes de produção, continuístas,

figurinistas, coreógrafos, iluminadores, maquiadores, editores, costureiras, diretores, roteiristas, eletricitas, designers, assessores de imprensa, produtores executivos, cenógrafos);

apoiar o desenvolvimento da Orquestra Sinfônica da Paraíba (OSPB), por meio da promoção de estabilidade e progressão funcionais; da valorização profissional; do aperfeiçoamento dos mecanismos de acesso e permanência; da preservação, valorização e difusão da Orquestra como patrimônio cultural da Paraíba;

apoiar e estimular as ROTAS CULTURAIS da Paraíba, como a CAMINHOS DO FRIO e a ROTA DO SOL, e criar novos roteiros;

criar o Projeto MÚSICA É VIDA, voltado para o apoio à formação e à apresentação regular de músicos em instalações e espaços públicos;

Patrimônio

criar um posto de atendimento do IPHAEP no Sertão (Cajazeiras), para facilitar a entrega de documentos e projetos dos proprietários ao Instituto;

ampliar para municípios que possuem Centro Histórico protegido financiamento voltado para a abertura e expansão de negócios, mediante a recuperação de seus prédios históricos, através das linhas de crédito do Empreender- "Empreender Centro Histórico";

fomentar o turismo nos Centros Históricos,

implantar nas Escolas Técnicas, cursos para a capacitação de jovens em ofícios voltados para obras de restauração;

incentivar empresas privadas locais, nacionais e internacionais para investir em projetos de restauração de edificações históricas;

promover concursos de Projetos de Arquitetura, para intervenções em edificações públicas de valor cultural;

estimular a criação de CASAS DE ARTE E ARTESANATO nos municípios.

3.7| JUVENTUDE

criação do Sistema Estadual da Juventude;

desenvolver projetos e ações de esporte e cultura, orientados para as juventudes, em articulação com os CENTROS OLÍMPICOS DE FORMAÇÃO POLIESPORTIVA propostos neste Programa;

organizar, num programa específico, o oferecimento de estágios para estudantes das redes de ensino técnico e superior do estado em órgãos e estruturas da administração estadual;

estimular a qualificação de jovens para participação nos programas de economia solidária e de micro-crédito para empreendimentos;

empreender ações para aperfeiçoar a assistência estudantil;

criar programa de bolsas de incentivo à iniciação científica universitária (PIBIC-PB) para os estudantes da rede estadual aprovados no ENEM;

ampliar o acesso aos cursos oferecidos pelo Centro de Línguas, regionalizando-o e descentralizando-o;

ampliar o Programa de Iniciação Científica para os estudantes de nível médio da rede estadual, em cooperação com os órgãos nacionais e internacionais de fomento;

ampliar o Projeto de Apoio à Expressão Juvenil – “Se sabe de repente”, atingindo todas as escolas da rede estadual, com foco na diversidade, inclusão, respeito, ética e criatividade;

criar Casas Regionais de Acolhimento para jovens em situação de violência;

3.8| MULHER

promover políticas de saúde integral direcionada para as mulheres, considerada toda a variedade etária, étnica, racial, de gênero e socioeconômica;

promover ações relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres; à prevenção à violência doméstica e familiar contra a

mulher; ao combate à discriminação sexual, de raça, diversidade; à cultura de paz; à prevenção da violência de gênero;

articular e desenvolver as políticas e programas governamentais voltados para a autonomia econômica, o apoio ao empreendedorismo e o fomento da capacitação técnica das mulheres paraibanas;

fomentar e articular as políticas, programas e ações voltadas para o enfrentamento da violência de gênero e racial contra as mulheres, especialmente por meio das seguintes iniciativas:

difusão educativo-formadora, para os agentes públicos e a sociedade em geral, da legislação de garantias e proteção à mulher;

incorporação de recursos de tecnologia da informação aos órgãos e processos de repressão aos crimes contra as mulheres;

em parceria com os municípios, promover a ampliação e interiorização dos serviços especializados da rede de atendimento à mulher em situação de violência;

enfrentamento ao tráfico de pessoas e à violência sexual contra crianças e adolescentes;

3.9| DIVERSIDADE HUMANA: LGBT e EQUIDADE RACIAL

em cooperação com os municípios, promover a interiorização pactuada de políticas públicas e a valorização dos indicadores referentes aos segmentos LGBT e de EQUIDADE RACIAL;

implantar um Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável para Comunidades e povos Tradicionais (Quilombolas, Ciganos, Indígenas e de religião de matriz afro-indígenas);

em cooperação com universidades, instituições, organizações sociais e esferas do Estado, promover a criação do OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIAS, para registro, análise e divulgação de informações sobre violências contra mulheres, LGBT, etnias, raças, crianças e adolescentes no estado;

ampliar as ações e políticas de saúde integral para a população LGBT e para população NEGRA em conformidade com a Política Nacional de Saúde para os segmentos;

ampliar a cobertura das Delegacias Especializadas em Repressão aos Crimes LGBTfóbicos, Étnico-raciais e Delitos de Intolerância Religiosa para todas as regiões do estado;

criar a Casa de Acolhida para pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade social e violências;

promover a cidadania LGBT no campo;

fortalecer a política pública de assistência ao segmento LGBT idoso
criar o MEMORIAL DAS ETNIAS PARAIBANAS, destinado a reunir e compartilhar acervos de conhecimento, de história e de identidade das diversas etnias que constituem a PARAIBANIDADE contemporânea;

promover a formação continuada, no âmbito da administração pública, para identificação e enfrentamento ao racismo, à LGBTfobia e a outras intolerâncias no âmbito institucional;

promover, em âmbito estadual, a regulamentação da Lei 12 990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública direta e indireta;

3.9| GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

3.9.1| GOVERNANÇA GERENCIAL

seguir promovendo a relação harmônica entre os três poderes do Estado: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário;

promover, onde couber, a reestruturação da administração estadual, com vistas à otimização dos serviços e dos gastos públicos;

seguir realizando concursos públicos, para a ampliação e aperfeiçoamento dos serviços oferecidos à população;

manter o compromisso de cumprir o Programa Anual de Ajuste e Responsabilidade Fiscal;

3.9.2| GOVERNANÇA | TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

ampliar e fortalecer o controle da sociedade sobre a gestão governamental, mediante o aperfeiçoamento das estruturas e mecanismos de transparência pública;

fortalecer o Conselho de Transparência Pública e Combate a Corrupção, potencializando sua missão institucional para o aperfeiçoamento da governança e do controle social e para o apoio às atividades das instâncias e mecanismos já existentes, quais sejam:

Conselho dos Usuários dos Serviços Públicos
Cartas de Serviços
Portal da Transparência
Sistema de Informação ao Cidadão – SIC
Ouvidoria Geral do Estado

3.9.3| GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO POPULAR

consolidar e desenvolver os processos e mecanismos da participação popular na elaboração do orçamento estadual, por meio do ODE;

ampliar as formas de consulta popular para elaboração e acompanhamento da execução do orçamento estadual, por meio de recursos da tecnologia da informação;

estimular os municípios a adotarem modelos de participação popular na elaboração/execução de seus orçamentos;

3.10| ESPORTE E LAZER

Criar CENTROS OLÍMPICOS DE FORMAÇÃO POLIESPORTIVA, para a formação de atletas nas diversas modalidades esportivas olímpicas e paraolímpicas. Esses CENTROS serão integrados à política do ensino em tempo integral, em toda a rede estadual; ao PROGRAMA BOLSA-ATLETA, ampliado e requalificado;

em articulação com a sociedade organizada, propor a elaboração e instituição do Plano Estadual do Esporte, Paradesporto e Lazer do Estado da Paraíba;

estimular a capacitação continuada de professores de Educação Física, da rede estadual de ensino em modalidades esportivas e paradesportivas presentes nos Jogos Escolares e Paraescolares da Paraíba;

realização parcerias com cursos superiores de Educação Física, com a finalidade de criar ações esportivas, paradesportivas e de lazer,

para crianças, adolescentes, jovens e idosos;

adotar contrapartida social para ações esportivas nos editais do Pacto pelo Desenvolvimento Social da Paraíba;

4.1| RECURSOS HÍDRICOS

promover a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos;

fortalecer e integrar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, com a finalidade de tornar a sociedade mais participativa na política estadual de recursos hídricos;

elaborar os planos de revitalização dos rios Paraíba e Piranhas, preservando a segurança hídrica, nas respectivas localidades;

ampliar o Programa de Construção de Cisternas para o armazenamento hídrico voltado para a população rural do estado;

reestruturar a AESA, para o novo modelo proposto pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos tornando a AESA mais participativa nas ações da sociedade paraibana;

fazer gestões junto ao governo Federal e parlamentares federais da Paraíba para viabilizar a construção do Ramal do Piancó - terceira entrada do PISF na Paraíba -, que trará água do São Francisco para barragem de Condado, no município de Conceição;

ampliar a construção de barragens subterrâneas, para o melhor aproveitamento hídrico, nas regiões semiáridas do estado, conforme estudos técnicos de viabilidade;

fortalecer o sistema de gestão descentralizado nos Comitês de Bacias Hidrográficas como forma de garantir a integração com outras políticas, em especial a do meio ambiente e a de desenvolvimento econômico, além de aprimorar a gestão do uso do recurso hídrico, amenizando os conflitos de usos;

desenvolver planejamento de longo prazo para monitoramento, conservação e uso racional das águas no estado, considerando as

mudanças climáticas, os impactos locais e ambientais;

aperfeiçoar as ações e políticas públicas voltadas para a promoção do uso sustentável e o reuso da água;

manter e ampliar a política de perfuração de poços artesianos, conforme demanda e análise técnica

ampliar os Programas de Abastecimento e distribuição de água nas comunidades rurais e territórios das etnias;

ampliar a implantação de dessalinizadores nas regiões do Cariri e Curimataú;

dar continuidade ao Programa de recuperação de barragens;

construir novas barragens no estado, conforme previsto no Plano Estadual de Recursos Hídricos;

elaborar e Implantar o PLANO DE SEGURANÇA para as principais barragens do estado;

4.2| SANEAMENTO BÁSICO

concluir a implantação da ADUTORA TRANSPARAÍBA, que contemplará as regiões do Cariri e do Curimataú;

implantar novos sistemas de adutoras para distribuição da água da transposição do Rio São Francisco;

fortalecer e ampliar os investimentos do estado para a requalificação, ampliação e melhoria dos sistemas de distribuição de água;

implantar as ações previstas no Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

ampliar a cobertura dos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades do estado;

Sistematizar as ações voltadas para a redução de perdas e implementar Programas de Educação para o uso racional da água;

Apoiar os municípios para a elaboração e aprovação dos PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO;

requalificar o sistema de esgotamento sanitário da grande João Pessoa;

4.3| ENERGIA

tornar a Paraíba um Estado Sustentável, com novas condições para produção de energias eólica, solar e de biomassa;

incentivar a atração de investimentos privados para a implantação de projetos destinados à geração de energia solar e eólica;

promover o fortalecimento regional, baseado no Mapa Solarimétrico e Eólico da Paraíba, para incentivar a política de inclusão de unidades geradoras de energia solar, em diferentes regiões do estado;

intensificar as gestões junto ao governo federal para assegurar a implantação das linhas de transmissão que possibilitarão o escoamento da energia gerada na Paraíba;

4.4| MOBILIDADE URBANA

implantar o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em Campina Grande;

ampliar o Programa CAMINHOS DA PARAÍBA, para continuar promovendo o acesso por meio de estradas e rodovias seguras, mediante a manutenção, restauração e construção da malha rodoviária estadual;

ampliar a malha pavimentada do estado, em especial as rodovias de integração regional, rotas turísticas e rodovias de ligação com a malha viária dos estados vizinhos;

implantar contornos rodoviários e travessias urbanas, em diversas regiões do estado, conforme estudos de demanda e justificativas técnicas;

implantar o Programa CAMINHOS VICINAIS DA PARAÍBA, em cooperação com os municípios;

ampliar e melhorar a fiscalização de trânsito nas rodovias estaduais, implantar monitoramento eletrônico preventivo em segmentos rodoviários mais críticos e promover campanhas sistemáticas de educação para o trânsito.

implantar o ARCO METROPOLITANO, que consiste na restauração e adequação da rodovia PB-016, no segmento entre a BR-230 e Odilândia, em seguida implantar e pavimentar o trecho restante até a BR-101 com chegada na interseção para o Conde;

promover a melhoria do sistema viário urbano, com a implantação de novas ligações e binários entre bairros em João Pessoa e Campina Grande;

promover a ampliação de linhas de transporte intermunicipal para as cidades ainda sem atendimento, por meio de ônibus convencionais e da regulamentação do transporte complementar;

atuar, junto às empresas concessionárias, para promover a renovação da frota de transporte intermunicipal;

4.5| MEIO AMBIENTE, RECURSOS NATURAIS, TERRA E TERRITÓRIO

realizar, prioritariamente, as obras para a contenção da erosão da Barreira do Cabo Branco;

compatibilizar princípios, critérios e estratégias para a promoção da sustentabilidade entre a eficiência econômica, a justiça social, a prudência ecológica e a cidadania política;

fomento às ações e ou projetos de educação ambiental em todo o estado;

implantar o Programa de modernização do licenciamento ambiental via internet, a fim de agilizar e dar transparência ao processo;

elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) em todas as regiões do estado que ainda não foram contempladas com esse instrumento de gestão socioambiental;

proceder à restauração e regularização ambiental nas áreas contempladas pelos Núcleos de Desertificação do Seridó e Cariris Velhos;

intensificar a política de combate à poluição hídrica e ao uso de agrotóxicos no campo, como preservação ambiental, incentivando a produção de alimentos com qualidade;

elaborar e implementar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) para as propriedades e posses rurais no Estado da Paraíba, a partir da normatização com base nas especificidades locais dos Biomas Caatinga e Mata Atlântica, da criação de mecanismos norteadores de recomposição ou regeneração natural e da valoração ambiental;

Estimular a criação de corredores ecológicos e Unidades de Conservação em áreas de relevante interesse do ponto de vista da conservação da biodiversidade e dos recursos hídricos, a partir da compensação da Reserva Legal nos Biomas da Caatinga e Mata Atlântica;

incentivar a construção de fornos eficientes para queima de cerâmica vermelha, sobretudo no Seridó paraibano, que é a região mais susceptível à desertificação;

atuar, em parceria com as Prefeituras Municipais, para recompor a cobertura vegetal em áreas degradadas, sobretudo nas margens ciliares dos rios e riachos do estado; mediante a construção de viveiros de mudas florestais;

RECURSOS MINERAIS

elaborar o Plano Estadual de Mineração, com a participação das instituições e setores especializados e da sociedade organizada;

fortalecer o cooperativismo e o associativismo nas atividades de extração mineral.

4.6| INDÚSTRIA E COMÉRCIO

implementar os usos previstos do MAPA DE OPORTUNIDADES DE POTENCIAIS ECONÔMICOS DA PARAÍBA, conforme visão e modelo de gestão constantes do PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL SUSTENTÁVEL DOS ARRANJOS PRODUTIVOS (PLADES);

otimizar e integrar a Junta Comercial/Sistema REDE SIM a outros órgãos e entidades, a fim de agilizar o processo de abertura de novas empresas;

em cooperação com os setores organizados do comércio, estabelecer

calendário para o incremento de geração de negócios de varejo em períodos de baixa de vendas;

ampliar a política de investimentos nos Distritos Industriais existentes e implantar novos Distritos, com o aproveitamento da infraestrutura;

criar Câmaras de Comércio voltadas para o fomento das vocações produtivas regionais, mediante acordos bi e/ou multilaterais nos âmbitos nacional e internacional;

criar o evento anual FEITO NA PARAÍBA (Feira de Produtos Industrializados);

utilizar o Fundo de Incentivo às Indústrias (FAIN) para fomentar e reequilibrar as diversas cadeias produtivas do estado;

em cooperação com universidades, institutos especializados e entidades do setor, criar o Selo de Qualidade CACHAÇA DA PARAÍBA; viabilizar a implantação de um Terminal de Múltiplos Usos na área portuária do município de Cabedelo;

diligenciar, junto ao governo federal, para viabilizar, no Porto de Cabedelo, a implantação do Terminal Turístico de Passageiros e a requalificação do Terminal Público Pesqueiro.

4.7| TURISMO

implantar o Polo Turístico do Cabo Branco e Tambaú;

fomentar o turismo de eventos

fomentar a publicidade para divulgação do Destino Paraíba nos grandes centros emissores de turistas do Brasil e de outros países;

fomentar a participação em feiras e eventos nacionais e internacionais da área de turismo, com a finalidade de divulgar os Destinos da Paraíba

ampliar os esforços para a melhoria da malha aérea regional, nacional e internacional;

fomentar o turismo local em articulação com os FORUNS

REGIONAIS DE TURISMO, utilizando a ferramenta MAPA DE TURISMO REGIONAL.

4.8| EMPREENDEDORISMO

transformar o Programa Empreender Paraíba em AGÊNCIA DE FOMENTO DE CRÉDITO;

disponibilizar de forma estadualizada apoio ao microcrédito no que diz respeito à formalização, agrupando os arranjos produtivos locais;

ampliar o fomento às pequenas e médias empresas;

trabalhar com o PLANO DE POTENCIALIDADES ECONÔMICAS;

atuar para fomentar escoamento da produção do pequeno empreendedor;

ampliar os circuitos e feiras anuais de empreendedorismo;

4.7| AGROPECUÁRIA

4.7.1| AGRICULTURA

incentivar as regiões do Vale do Paraíba e do Rio do Peixe, a fim de se consolidarem como cinturões verdes da olericultura;

conceber o Programa de reflorestamento com incentivo a preservação ambiental, através da cadeia produtiva da distribuição de sementes e mudas de espécies silvestres em todo o estado da Paraíba, destinadas, preferencialmente, às áreas do Cadastro Ambiental Rural (CAR);

impulsionar o cultivo do arroz vermelho no vale do Piancó e potencializá-lo em outras regiões de comprovada aptidão agrícola do estado;

ampliação do Plano Estadual de Agricultura de Baixo Carbono, visando promover o desenvolvimento de atividades agropecuárias e florestais sustentáveis e de baixa emissão de gases de efeito estufa;

fortalecer as estruturas e instituições do setor agropecuário existentes no estado;

ampliar o programa de distribuição de cana-semente;

manter e fortalecer as interações com o segmento sucroalcooleiro, para o desenvolvimento estratégico setor.

4.7.2| AGRICULTURA FAMILIAR

ampliar substancialmente em todas as regiões do estado o Programa de Distribuição de Sementes;

fomentar a revitalização da cultura do algodão, junto aos produtores familiares, como política de incentivo a geração de emprego, renda e fixação do homem ao campo;

promover a melhoria e a ampliação da infraestrutura de comercialização de alimentos;

apoiar e incentivar o Programa de Dessalinização em propriedades de produtores familiares, disponibilizando água de qualidade ao consumo humano, para as distintas regiões do estado;

fomentar junto aos produtores familiares o uso da energia solar fotovoltaica;

incentivar o melhoramento genético para a revitalização das culturas de inhame, mandioca, macaxeira e batata-doce, entre outras;

4.7.3| FRUTICULTURA

recuperação e expansão da área de cultivo do cajueiro nas mesorregiões da mata paraibana, agreste, Borborema e Sertão;

promover o resgate do potencial produtivo da abacaxicultura na mesorregião da mata paraibana;

contribuir para a expansão sustentável da área de cultivo do umbuzeiro, com inovações tecnológicas, visando principalmente o seu aproveitamento agroindustrial;

apoiar e incentivar o resgate do cultivo da mangabeira na região litorânea do estado;

reativar, após ajustes no sistema hídrico das várzeas de Sousa, o

programa dos cultivos do coco e da banana;

4.7.5| PECUÁRIA

fortalecer a pecuária bovina, caprina e ovina, por meio da inseminação artificial, visando à melhoria genética dos rebanhos e ao aumento da produtividade;

manter e ampliar o Programa Emergencial para a Ração Animal para continuar o fortalecimento da agropecuária no estado;

promover parceria com Associações municipais para o fornecimento de leite de cabra a ser servido nas merendas das escolas estaduais, articulado ao Programa de Compra Governamental para a Agricultura Familiar;

criar as condições para possibilitar a ascensão do estado para o status de zona livre de febre aftosa, sem vacinação;

ampliar as feiras e exposições de animais e produtos agropecuários nos diferentes parques do estado;

exercer maior fiscalização e controle da qualidade das carnes e de seus derivados;

incentivar a produção artesanal dos produtos derivados do leite e carnes caprina e ovina, através das Associações e Cooperativas do setor.

4.7.6| PISCICULTURA

requalificar e aumentar a capacidade instalada de produção da Estação de Piscicultura em Itaporanga; com o objetivo do repovoamento dos mananciais do estado com alevinos;

incentivar a compra pelos Programas governamentais de pescados produzidos no estado.

4.7.7| ESTRUTURA E GESTÃO

instituir um Plano Estratégico para implantação do perímetro irrigado pelas águas do Canal Acauã-Araçagi;

fortalecer a política de regularização fundiária, em parceria com os

Governos Federal e Municipais, assim como com os sindicatos dos trabalhadores rurais;

colaborar com o programa nacional de crédito fundiário, mediante a utilização da Unidade Técnica Estadual (UTE), para oportunizar às famílias a aquisição de imóveis rurais e sua permanência no campo;

promover a reestruturação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), aprimorando o fortalecimento institucional para o atendimento das demandas dos produtores rurais em todos os municípios do estado;

4.8| DESENVOLVIMENTO SOCIAL LOCAL INTEGRADO

Depois de termos superado o atraso crônico de nosso estado, especialmente no que se refere à infraestrutura para o desenvolvimento; os caminhos para o crescimento social e econômico percorridos até aqui vêm revelando arranjos produtivos, vocações e potenciais promissores em todas as regiões do estado. A organização desses cenários locais em conjuntos integrados e articulados em torno de um planejamento estratégico comum é, hoje, portanto, o rumo certo para o avanço dos territórios competitivos estruturados.

Esse modelo requer o fortalecimento continuado da interação dinâmica entre governo estadual, poderes municipais, forças produtivas locais e sociedade. Sua virtude e sua força seguirão baseadas na cooperação, na co-responsabilidade, na sinergia social e no planejamento estratégico. Para tanto:

em articulação com os CENTROS MULTIUSUÁRIOS recém-criados na UEPB, promoveremos estudos e projetos sobre as vocações, arranjos e demandas desses ecossistemas produtivos locais e regionais;

criaremos as Câmaras Regionais para o Desenvolvimento Integrado;

constituiremos modelos de apoio, com insumos governamentais diversos, para a promoção e consolidação das potencialidades locais regionalizadas.

5.1| POLOS TEMÁTICOS DE DESENVOLVIMENTO

5.1.1| PARQUE TECNOLÓGICO DE JOÃO PESSOA

criar o Parque Tecnológico de João Pessoa, mediante a agregação das expertises das empresas e Startups de base tecnológica e das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT's) já instaladas na Capital e interior, especialmente nas áreas das tecnologias sociais para a saúde, a educação, o audiovisual, planejamento urbano e cidades inteligentes e de tecnologias sustentáveis;

5.1.2| REGIONALIZAÇÃO DE NOVOS POLOS

estimular e apoiar a criação de ambientes inovadores regionais, conforme as vocações, ativos e arranjos produtivos locais;

estimular a concentração de empresas de TIC nos Polos Tecnológicos, proporcionar ambientes favoráveis ao desenvolvimento de projetos de pesquisa, à instalação e ao funcionamento de laboratórios de testes de software e hardware;

transformar o Monumento do Vale dos Dinossauros, de Sousa, em PARQUE TURÍSTICO E CIENTÍFICO-PALEONTOLÓGICO DO SERTÃO DA PARAÍBA, integrando as IES, Prefeituras, Instituições Especializadas, nacionais e internacionais e iniciativa privada;

5.2| ENERGIA RENOVÁVEL

criar e manter o PROGRAMA PARAÍBA SOLAR E EÓLICA, com duas vertentes: uma voltada, criteriosamente, para atração e fixação de grandes parques geradores de energia solar e eólica; e outra orientada para a produção de energia associada aos arranjos produtivos locais, às demandas dos pequenos e médios consumidores, de forma coletiva ou individual, estimulando as atividades de pesquisa e desenvolvimento da área energética;

5.3| GESTÃO INTELIGENTE

ampliar a atuação da Sala de Situação da Agência Executiva de Gestão das Águas da Paraíba (AESAs), mediante a incorporação de novos recursos de TIC;

ampliar o alcance do uso da Rede Paraibana de Alto Desempenho (REPAD), Rede Estadual de Fibra ÓTICA;

potencializar os usos das tecnologias aplicadas à saúde, como os de telemedicina, diagnósticos remotos, modelagem 3D para cirurgias, prontuários eletrônicos;

articular as atividades dos Parques Tecnológicos com as demandas da gestão estadual.

5.4| CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO

O Plano de Ação para a agenda de CT&I proposto para 2019-2022 considera o momento favorável do Estado da Paraíba e seus atuais desafios. Trata-se, agora, de avançar na elaboração e realização de objetivos, metas, programas e ações de curto, médio e longo prazos que resultem em ações estruturantes em cinco temas:

5.4.1| INFRAESTRUTURA PARA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO:

ampliar e reforçar a infraestrutura estadual de ensino e pesquisa;

consolidar as redes de comunicação e conectividade, de forma a assegurar a estabilidade e qualidade da internet e da telefonia nas microrregiões do estado;

ampliar a oferta de infraestrutura clássica, em especial quando dialoga de alguma forma com o segmento da CT&I;
criar e ampliar redes consorciadas de infraestrutura e de plataformas em áreas estratégicas para o estado;

criar novas infraestruturas (Parques Científico-Tecnológicos) que dialogam com ambientes de inovação previstos em suas múltiplas escalas territoriais.

5.4.2| FORMAÇÃO, ATRAÇÃO e FIXAÇÃO DE PESSOAL PARA A CT&I:

apoio à demanda por novas modalidades de bolsas e auxílios, voltadas para o fomento das vocações e talentos locais e regionais;

estimular a expansão das atividades de pós-graduação orientadas para microrregiões do semiárido consideradas emergentes;

ampliar o fomento à expansão das atividades de pós-graduação por meio do incentivo às redes de formação e pesquisa, valorizando a utilização da capacidade instalada no estado;

empreender interações com as esferas de governo federal, agências nacionais e internacionais de fomento e empresas públicas e privadas para a consolidação e desenvolvimento das estruturas municipais e estaduais de fomento à CT&I e às gestões estadual/municipal.

5.4.3| ESTRUTURAÇÃO/AMPLIAÇÃO DE AMBIENTES DE INOVAÇÃO:

Ampliação dos canais de governança sistêmica da política de inovação estadual, a exemplo do “Conselho Estadual de Inovação”;

apoio ao fortalecimento de Redes Interinstitucionais de Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT's), com integração entre entes do governo, academia, empresas e a comunidade;

apoio à consolidação e expansão dos Centros de Referência em Pesquisa e Desenvolvimento já existentes no estado; apoiar a criação e/ou ampliação de condições ambientais, institucionais e estruturais para a expansão de ambientes de inovação em prol do Bioma da Caatinga (integrados com a Rede de Inovação Estadual);

apoiar a criação e implantação de Fablab's (laboratórios de idéias e prototipação) e de Coworking's (escritórios compartilhados), em cooperação com IES's e empresas de base tecnológica do estado;

5.4.4| AGENDA DE PESQUISA COM TEMAS REGIONAIS PRIORITÁRIOS:

empreender a articulação regional para a instituição e o fomento da Rede de Inovação da Biodiversidade do Bioma da Caatinga, com vistas ao conhecimento e ao uso do patrimônio natural do semiárido paraibano e nordestino;

estimular a captação de recursos destinados à criação de um Fundo de Investimento para empreendimentos inovadores em setores estratégicos nas áreas de águas, energia, saúde, educação, segurança;

estimular a utilização de recursos de CT&I no planejamento territorial, para a gestão e o desenvolvimento integrado do estado;

estabelecer Agendas de Convergência de Ações de CT&I voltadas para a inclusão e a infraestrutura social;

5.4.5| MODELO DE GESTÃO, GOVERNANÇA E INVESTIMENTO PARA A CT&I NO ESTADO:

atuar para consolidar o novo ambiente legal de Ciência, Tecnologia e Inovação no estado;

promover a ampliação da oferta local de serviços tecnológicos dedicados a temas e setores específicos, mediante o fortalecimento de Institutos de pesquisa tecnológicos em operação;

estimular a criação e o fortalecimento de instituições de transferência de tecnologia e de provisão de serviços de assistência técnica e suporte comercial, financeiro e gerencial, para pequenas e médias empresas e que avancem sobre problemas relacionados às tecnologias de futuro com potencial impacto na estrutura produtiva estadual;

promover a instalação de Câmaras Microrregionais de desenvolvimento, inovação e competitividade;

fomentar a complementação e os desdobramentos dos projetos apoiados pela subvenção econômica do estado;

apoiar a formulação de “estratégias de inovação de sub-regiões do

estado”, baseadas no envolvimento dos atores principais em técnicas modernas de previsão e de gestão estratégicas.

Os avanços alcançados no estado em combinação com o ambiente de esgotamento federativo apontam, naturalmente, para a necessidade de superação da fragmentação local e regional. O que entrava o desenvolvimento estratégico da Paraíba em si mesma e em relação ao entorno nordestino, bem como quanto à sua inserção nacional.

Para tanto, propomos a criação da AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO DA PARAÍBA (ADE-PB). A nova Agência terá atuação proativa voltada para a articulação transversal das áreas do governo, bem como para a cooperação e o intercâmbio produtivos com estados, organismos e empresas nacionais e internacionais. Desse modo, atuará com a finalidade de elaborar, propor e conduzir pautas, agendas e políticas orientadas para o desenvolvimento integrado local e/ou em articulação com os demais estados da Região Nordeste.

6

DESENVOLVIMENTO REGIONAL, INTEGRADO E ESTRATÉGICO

6.1| A PARAÍBA NO CONTEXTO REGIONAL

Competirá à ADE-PB – sob a égide de uma NOVA INSTITUCIONALIDADE e da Valorização da integração e da diversidade territoriais – promover a articulação local e regional, para dotar o estado e a Região de um NOVO PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO, capaz de promover sua nova inserção nacional; em especial, mediante os seguintes eixos e estratégias:

6.1.1| Diversificação e ampliação da base produtiva:

- 5.1.1.1| Consolidação das transformações econômicas recentes;
- 5.1.1.2| Ampliação e redefinição da inserção externa;

6.1.2| Elevação das condições de competitividade:

- 6.1.2.1| Fortalecimento do Sistema de Ciência e Tecnologia;
- 6.1.2.2| Ampliação e melhoria da infraestrutura econômica e da macrologística;

6.1.3| Ampliação dos avanços sociais:

- 6.1.3.1| Priorização da educação de qualidade;
- 6.1.3.2| Melhorias nas condições de vida, com redução da pobreza e da desigualdade;
- 6.1.3.3| Promoção de avanços no mercado de trabalho;

6.1.4| Promoção da sustentabilidade ambiental:

- 6.1.4.1| Enfrentamento das condições e mudanças climáticas;
- 6.1.4.2| Fortalecimento da gestão ambiental;
- 6.1.4.3| Minimização das pressões antrópicas (danos causados pela ação humana)

6.2| A PARAÍBA NO CONTEXTO NACIONAL

atuar para a refundação do Pacto Federativo, com a perspectiva de um novo equilíbrio do concerto nacional, capaz de eliminar as periferizações regionais, promover a superação das desigualdades econômicas e sociais e projetar o desenvolvimento nacional sustentável;

atuar para estabelecer uma reforma fiscal orientada para a promoção de um projeto nacional de desenvolvimento que articule, equitativamente, as vocações e necessidades regionais;

6.3| A PARAÍBA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

propor acordos de cooperação internacional, para intercâmbios (cultural, científico, educacional, esportivo e econômico) e transferência de tecnologias (para gestão das águas, cultivo no semi-árido, produção de fármacos, conservação e exploração sustentável dos ativos da Caatinga – fitoterápicos, biofungicidas, cosméticos, entre outros);

fomentar as relações internacionais do estado, com vistas a promover a maior inserção da Paraíba no roteiro do turismo de eventos; para atrair investimentos, especialmente nas áreas de infraestrutura de ferrovias e portuária; de hotelaria e turismo; e de exportação de recursos e produtos do estado;